

Director do Centro Regional de Investigação Pesqueira do Sul, do IPIMAR, de 1985 a 1996;

Coordenação científica:

Tem coordenado diversos projectos no âmbito de programas nacionais e comunitários, nomeadamente:

PIDR — Ria Formosa, com incidência nos domínios dos recursos haliéuticos, ambiente aquático e aquacultura;

INTERREG, STRIDE e PRAXIS dirigidos à pequena pesca, ordenamento das pescarias litorais e aquacultura;

AIR3 com projectos dirigidos à pequena pesca e ecologia marinha; *Study contracts*, financiados pela Comissão Europeia (PCP), orientados para o estudo do impacte das artes de pesca;

IFOP no domínio dos recifes artificiais e do ordenamento das pescarias litorais;

PROPECA e MARE, dirigidos ao desenvolvimento da aquacultura e da pequena pesca;

SAPIENS com incidência no campo da mitigação ambiental e repovoamento do litoral;

Formação — tem orientado estágios de licenciatura, teses da carreira de investigação e de doutoramento, tendo ainda participado em júris e apresentado conferências no âmbito de cadeiras do curso de Biologia Marinha e Pescas da UALG. É coordenador do mestrado promovido pelo ICBAS e IPIMAR Ciências do Mar — Recursos Marinhos e lecciona a cadeira de Ordenamento Costeiro deste mestrado;

Comissões e delegações — no decurso da sua carreira integrou diferentes comissões, delegações e grupos de trabalho, designadamente:

Membro do Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (STECF), DGFish — Comissão Europeia;

Representante do IPIMAR na EFARO (rede europeia das organizações de investigação das pescas e da aquacultura);

Coordenador do GT sobre a mortalidade da amêijoia da ria Formosa;

Representante do MADRP no grupo de trabalho da energia das ondas, no grupo de trabalho da aquicultura, na comissão oceanográfica interministerial (1998) e no grupo de trabalho sobre a convenção da biodiversidade biológica (1997);

Perito do Comité Nacional de Gestão do Programa «Qualidade de vida e gestão dos recursos vivos», no âmbito do 5.º Programa Quadro (1999);

Membro da comissão intersectorial para a criação do Parque Marinho da Arrábida e Reserva Marinha das Berlengas (1998-1999);

Integra, desde 1996, as comissões coordenadoras dos acordos especiais de cooperação no domínio das pescas com os PALOP;

Membro da comissão representante do MADRP na Comissão Internacional dos Limites entre Portugal e Espanha (1997);

Membro do grupo de trabalho de aquacultura, no âmbito do Programa PRAXIS XXI que elaborou a proposta de programa de investigação em aquacultura (1994), tendo sido posteriormente nomeado membro da comissão de avaliação e acompanhamento deste Programa (1994-1995);

Integrou, a convite da JNICT, o grupo de peritos para avaliação das propostas submetidas ao Programa Ciência, Medida G, «Ciências e tecnologias do mar»;

De 1987 a 1992 representou o INIP na comissão permanente e no conselho coordenador do gabinete coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional da Ria Formosa;

Delegado no Comité Misto Luso-Francês de Cooperação Oceanológica (1985 a 1990);

Delegado na Comissão Regional do Programa Ciência (1985) no âmbito da Comissão de Coordenação da Região do Algarve;

Delegado do Instituto Nacional de Investigação das Pescas (INIP) na Comissão para elaboração do Plano de Ordenamento e Desenvolvimento da Ria Formosa (1984-1986);

Em 1979, participou nas reuniões da Junta Fronteira de Pescas, com vista ao estabelecimento do acordo fronteiriço de pescas luso-espanhol;

Membro do conselho geral do Parque Natural da Ria Formosa, desde Julho de 1987;

Representante do INIP na comissão de negociações do acordo fronteiriço do Guadiana (1986);

Tem ainda integrado diferentes grupos de trabalho de revisão de legislação de pesca e de aquicultura e participado em comissões organizadoras e comités científicos de conferências e seminários nacionais e internacionais, no âmbito das ciências do mar e das pescas;

É autor ou co-autor de 52 artigos científicos, publicados em revistas internacionais.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA SAÚDE

Despacho n.º 6068/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de vogal do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., o licenciado Carlos Manuel Nogueira da Canhota, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Agosto, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado é autorizado a optar pelo vencimento que auferir no lugar de origem correspondente à categoria de chefe de serviço da carreira médica de medicina geral e familiar.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 26 de Fevereiro de 2007.

26 de Fevereiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

ANEXO

Sinopse curricular

Carlos Manuel Nogueira da Canhota, nascido em Macau em 21 de Maio de 1956. Chefe de serviço de clínica geral, CS de Oeiras. Habilitações académicas e profissionais:

Licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa, 1981. Internato complementar de clínica geral, Macau, 1985-1988. Graduado em generalista em 1989. Inscrito no Colégio de Clínica Geral da Ordem dos Médicos, 1992. Consultor em clínica geral, 1994. Chefe de serviço de clínica geral em Macau, 1995, e em Portugal, 2002;

Mestrado em Medicina Familiar, 1999, Monash University, Melbourne, Austrália.

Actividade profissional:

Medicina interna — Hospital dos Capuchos, Lisboa, 1983-1984. Serviço de pneumologia. Hospital Central CS. Janeiro e Dispensário Antituberculoso, Macau, 1984-1985. Direcção do serviço de urgência, Macau, 1986-1989. Director do CS do Porto Interior, Macau, 1990-1992. Chefe do Gabinete de Coordenação Técnica dos CSP, Macau, 1992-1993. Subdirector e membro do CA dos Serviços de Saúde de Macau (SSM), 1993-1996. Assessor da direcção dos SSM, 1998-1999;

Director dos Serviços de Saúde de Lisboa, na Sub-Região de Saúde de Lisboa, Novembro de 2005-Fevereiro de 2007.

Coordenação de internatos médicos e orientação de estágios — membro da direcção dos internatos médicos, Macau, 1985-1992. Coordenador do internato complementar de clínica geral (ICCG), 1989-1992, e coordenador da formação específica em clínica geral, Macau, 1996. Orientador de estágio do ICCG, Macau, 1990-1991, e em Portugal desde 2002. Tutor da disciplina de Clínica Geral da Faculdade de Ciências Médica da UNL, 2000.

Outras actividades:

Estágio no Thalassemic Center, Siriraj Hospital, Mahidol University, Bangucoque, 1987;

Membro do grupo de trabalho em saúde mental, Macau, 1989. Membro da delegação de Portugal às reuniões do Comité Regional do Pacífico Ocidental da Organização Mundial de Saúde, 1989, 1992, 1993, 1994 e 1995. Coordenador do programa «Rastreamento e caracterização das formas benignas de talassémia. Profilaxia das formas homozigóticas», Macau, 1990. Membro da delegação de Macau à conferência ministerial da Ásia-Pacífico, Nações Unidas, Manila, 1994. Corpo redatorial do «Family medicine education in Asia Pacific region, workshop proceedings, clinical teaching», WONCA, 1996. Membro do conselho médico e de enfermagem dos cuidados de saúde primários, Macau, 1992-1996. Coordenador do grupo para a elaboração do programa para o «Diagnóstico precoce de doenças metabólicas congénitas», Macau, 1997. Membro do *international advisory committee* para o WONCA 2000 Asia Pacific Regional Conference, Christchurch, Nova Zelândia, 1998;

Participação em vários júris de concursos como vogal efectivo e presidente em Macau e Portugal. Organizou, frequentou e participou como conferencista em inúmeras acções de formação de âmbito nacio-

nal e internacional. Publicou artigos científicos em revistas nacionais e internacionais.

Sociedades científicas — sócio fundador da Associação dos Médicos de Clínica Geral de Macau (AMCGM), vice-presidente, 1996, e presidente de 1996-1999. Membro da Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral (APMCG) e secretário nacional desde 2000.

Louvor — louvor concedido, em 1999, pelo Secretário Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento.

Despacho n.º 6069/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de presidente do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., o licenciado António Manuel Gomes Branco, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Agosto, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado é autorizado a optar pelo vencimento que auferir no lugar de origem, correspondente à categoria chefe de serviço da carreira médica de medicina geral e familiar.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 26 de Fevereiro de 2007.

26 de Fevereiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

ANEXO

Sinopse curricular

António Manuel Gomes Branco, 54 anos, natural de Torres Novas e residente em Tomar, casado, dois filhos.

Médico de família, chefe de serviço de clínica geral do Centro de Saúde de Tomar. Especialista em medicina geral e familiar pela Ordem dos Médicos.

Curriculum profissional:

Licenciatura em Medicina, na Universidade Nova de Lisboa (1977), internato geral nos Hospitais Cívicos de Lisboa (1978-1979), serviço médico à periferia em Fronteira, distrito de Portalegre (1980-1982);

Em 1982 foi colocado, como médico de família, no Centro de Saúde de Tomar (CST), distrito de Santarém;

É especialista/assistente da carreira médica de clínica geral desde 1989 e chefe de serviço desde 1999.

Alguns cargos e funções:

Chefe do serviço de planeamento e controlo do CST (1990-1994); Director do CST (1994-1996);

Coordenador da Sub-Região de Saúde de Santarém, Região de Lisboa e Vale do Tejo (1996-2001);

Presidente do conselho de direcção do Grupo Hospitalar do Médio Tejo (2002);

Fez parte da equipa de acompanhamento da reforma dos centros de saúde — Ministério da Saúde (MS) (1999-2000), da comissão de avaliação dos novos modelos organizativos — MS (2000-2001) e da comissão de acompanhamento do regime remuneratório experimental — Direcção Geral da Saúde (DGS) (2003-2004);

Integrou a equipa técnica para a reforma dos cuidados de saúde primários (resolução do Conselho de Ministros — 7 de Abril de 2005);

Presidente do conselho de administração da ARSLVT desde Maio de 2005.

Outras actividades:

É sócio fundador e dirigente da Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral;

Foi dirigente da Ordem dos Médicos (Conselho Regional do Sul), membro da delegação portuguesa na União Europeia dos Médicos de Clínica Geral (UEMO);

Participou em diversos grupos de trabalho para a regulamentação da formação específica em exercício para clínicos gerais, para a regulamentação dos concursos na carreira de clínica geral e para a revisão do regulamento dos centros de saúde;

Coordenou a equipa que elaborou o projecto de complementaridade entre os hospitais do norte do distrito de Santarém — Abrantes, Tomar e Torres Novas. Deste projecto resultou a criação do Grupo Hospitalar do Médio Tejo e, mais tarde, do Centro Hospitalar do Médio Tejo;

Esteve especialmente envolvido nos projectos de reforma dos centros de saúde, na criação do regime remuneratório experimental para médicos de clínica geral e na reforma do sistema de certificação de incapacidades (baixas) (1996-2000).

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Governo Civil do Distrito do Porto

Aviso n.º 5639/2007

Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 212/2001, de 1 de Agosto, e do despacho conjunto n.º 1043/2001, de 29 de Novembro, foram renovados automaticamente os contratos de provimento dos técnicos superiores de 2.ª classe Marisa Barros Andrade e Pedro Miguel dos Reis Matias e aos auxiliares administrativos Ana Cristina Mesquita Mourão, Carla Alexandra Pereira Rodrigues e Maria do Rosário Campos Calheiros de Brito Santos.

21 de Fevereiro de 2007. — A Governadora Civil, *Isabel Oneto*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6070/2007

1 — Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para o meu Gabinete a auxiliar administrativa do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública Maria Idalina Calda Sousa.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 22 de Maio de 2006.

2 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Despacho n.º 6071/2007

Para efeitos do n.º 2 do artigo 10.º do Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, reconhece-se à Fundação Portugal Telecom, número de identificação de pessoa colectiva 506421104, com sede na Avenida de Fontes Pereira de Melo, 40, 1069-300 Lisboa, a isenção de IRC, nos termos e com a seguinte amplitude:

Categoria B — rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;

Categoria E — rendimentos de capitais, com excepção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;

Categoria F — rendimentos prediais;

Categoria G — incrementos patrimoniais.

Esta isenção aplica-se a partir de 4 de Março de 2005, data em que o despacho do Primeiro-Ministro de reconhecimento como pessoa colectiva de utilidade pública foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, de 4 de Março de 2005, ficando condicionada à observância continuada dos requisitos estabelecidos nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do artigo 10.º do Código do IRC, com as consequências, em caso de incumprimento, previstas nos n.ºs 4 e 5 desta disposição.

7 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Despacho n.º 6072/2007

Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 185.º da Constituição da República Portuguesa, serei substituído na minha ausência, nos dias 8 e 9 de Março de 2007, pelo Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, Dr. Emanuel Augusto dos Santos.

7 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.